

Professor quer aumento e não vagas

Sindicato prefere reajuste salarial à convocação de concursados para escolas públicas

Mary Leal/GDF

Lia Kunzler

O aumento de 18,9% anunciado para o Fundo Constitucional do Distrito Federal pode trazer tanto problemas quanto soluções para o GDF. O Sindicato dos Professores do Distrito Federal ameaça entrar em greve se o reajuste previsto no plano de carreira — índice que é teoricamente atrelado ao aumento do fundo — não foi aplicado. O reajuste, previsto em lei, pode ser ignorado pelo GDF, que pretende usar o repasse da União para a contratação de professores, em vez de promover mudanças nos contracheques.

O secretário de Planejamento, Ricardo Penna, afirma que o GDF pretende contratar profissionais em vez de conceder aumentos porque considera que a educação distrital carece de pessoal. Segundo o secretário, o governo não dispõe de verbas suficientes para arcar tanto com o aumento quanto com a contratação.

A polêmica começou quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada em julho no Congresso, revelou um reajuste recorde no repasse da União para o DF, de 18,9% para o Fundo Constitucional. Esse fundo é alimentado pelo governo federal e deve ser usado para custear as áreas de segurança, saúde e educação.

Contratação é legal

O dinheiro pode ser utilizado para novas contratações. Entretanto, o governador José Roberto Arruda sancionou em dezembro do ano passado, a Lei 4.075 — conhecida como plano de carreira dos professores — que determina que a categoria receberia, nos anos de 2009 e 2010, reajustes salariais em porcentagens iguais ao repasse da União para o Fundo Constitucional. Assim, o GDF seria obrigado a aumentar o salários dos professores em 18,9%. E o secretário Penna já avisa que não tem caixa para ambas as ações.

De olho nas negociações, que prometem ser tumultuadas, o Sindicato dos Professores já pede um aumento de 25%. Pre-



PENNA — Mais 5 mil funcionários nas três áreas bancadas pelo Fundo Constitucional, entre elas o ensino

vê que, na conversa, a porcentagem baixará para os 18,9% obrigatórios. Menos do que isso, já avisam, não aceitarão.

— Só existe negociação para cima de 18,9%. Quando o secretário fala em não dar aumento, ele está insinuando que não quer cumprir a lei. O nosso plano de carreira foi uma lei encaminhada pelo Executivo, discutida na Câmara e aprovada pelo governador sem vetos. Não existe possibilidade de não ter aumento — disse Antônio Lisboa, diretor do Sindicato dos Professores do DF.

Contenção em 2008

Quando o assunto é o caixa do governo, Antônio contesta o argumento do secretário de que o GDF não teria caixa para bancar o aumento e as contratações.

— Isso não tem cabimento — disse.

O maior repasse vem em boa

hora. Em 2008, o Fundo Constitucional teve o seu menor reajuste em seis anos. Foram apenas 8,9%, somando no total R\$ 6,5 bilhões. O valor foi insuficiente para pagar todas as despesas com pessoal, investimento e custeio. Apenas a folha de pagamentos ficou com 90% do valor do Fundo. Com isso, o GDF precisou desembolsar R\$ 2,3 bilhões para pagar todas as despesas. Para 2009, a situação se mostra mais favorável.

O cenário de déficit orçamentário foi aliviado pela arrecadação do primeiro semestre, que bateu os 11,2% de acréscimo. Mesmo assim, as contas no vermelho levaram o governador a decretar que ficavam proibidas as contratações por quatro meses, de maio a setembro deste ano.

Esse congelamento impediu que vários concursos, já em andamento, fossem conduzidos. Entre eles estão o concurso de

agente penitenciário e o de professor temporário.

Novas contratações

O secretário de Planejamento, Ricardo Penna, já calculou que serão cerca de 5 mil novos funcionários nas três áreas bancadas por estes recursos: Segurança, Saúde e Educação.

Segundo o secretário, a prioridade para 2009 é contratar pessoal. E as contratações já estão definidas: na saúde, serão aproximadamente duas mil pessoas; na educação, serão mais 750 profissionais. A segurança pública é a que ganhará mais cargos, cerca de 1.500.

A conta fechada de Penna é, na verdade, uma variável. O próprio secretário de Educação, José Luiz Valente, ainda não tem uma estimativa de quantos professores serão necessários para suprir as exonerações do ano que vem. A Secretaria de Educação trabalha com uma ex-

“

Só existe negociação para cima de 18,9%. Quando o secretário fala em não dar aumento, ele está insinuando que não quer cumprir a lei

Antônio Lisboa

diretor do Sindicato dos Professores do DF

“

O governo não dispõe de verbas suficientes para arcar tanto com o aumento quanto com a contratação dos professores de que a rede pública carece

Ricardo Penna

secretário do Planejamento

pectativa de que cerca de 500 professores saiam da rede de ensino de 2008 para 2009, número parecido com o que aconteceu este ano.

Enxugamento

O discurso de Penna não corresponde precisamente ao do governador, que propõe um enxugamento no quadro de pessoal do GDF. O secretário de Governo, José Humberto, admitiu que a posição do governo de não contratar pessoal até o início de setembro não foi ainda revista e que só deverá ser discutida quando o decreto assinado pelo governador em maio perder a validade.

De acordo com o secretário de Planejamento, nos últimos cinco anos, a população do DF cresceu em uma taxa que não foi acompanhada pelo aumento do serviço público, gerando uma queda na qualidade dos serviços oferecidos à população.